

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O EDUCANDO COM DIREITO A EDUCAÇÃO
DO/NO CAMPO**

**PATO BRANCO
2014**

MARCIA ELIZANGELA VAZ

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O EDUCANDO COM DIREITO A EDUCAÇÃO
DO/NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação Em educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Marcos Aurélio Zanlorenzi

PATO BRANCO

2014

TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O EDUCANDO COM DIREITO A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Marcia Vaz¹

Marcos Aurelio Zanlorenzi²

RESUMO:

O presente trabalho pretende abordar a trajetória histórica da Educação do Campo enquanto realidade concreta, percorrendo sobre as principais leis que envolvem a mesma num contexto geral e mais profundamente as políticas públicas para a Educação do Campo no Estado do Paraná, contemplando suas mudanças e contribuições. Tendo como foco compreender como tais leis têm contribuído, ou não, para o desenvolvimento de uma educação voltada às pessoas que residem e dependem do campo para sobreviver. Seguindo esse contexto histórico pretende-se analisar o direito do educando à educação com qualidade possibilitando, assim, sua efetiva aprendizagem fazendo uso de instrumentos vivenciados no campo. Concomitante com as políticas públicas de modo geral no Estado do Paraná analisar a concepção de campo como lugar de trabalho e desenvolvimento visando os benefícios do ensino com qualidade para com os educandos no/do campo. O espaço escolar do campo não pode ser concebido apenas onde se reproduza conhecimentos já existentes, mas que sejam construídas novas concepções que vão de encontro com sua realidade, sem deixar os conhecimentos pré-definidos de lado. Sob o ponto de vista metodológico, optou-se pelo método de análise bibliográfica observando a trajetória da educação do/no campo, tendo como ponto norteador as leis, decretos e outros textos oficiais com relação às práticas educacionais para os que trabalham e residem no campo e entrevista aberta.

Palavras-chave: História, Educação do Campo, Direito a Educação do/no Campo

1 - INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pautou-se na reconstituição histórica e sua trajetória dos movimentos sociais em defesa da Educação do/no Campo, analisando os esforços

¹ Marcia Elizangela Vaz, graduanda do Curso de Educação do Campo - Ead UFPR;

² Educador Mediador – UFPR Litoral.

em mostrar as lutas políticas pela conquista de seus direitos, dentre eles, o direito ao acesso às políticas públicas de educação, tendo em vista que a Educação do Campo vive um momento de extrema importância e rico em debates e discussões nunca visto antes na história da educação brasileira.

Como diz Arroyo (2000, p. 71), “[...] estamos colocando a educação rural onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente”. Partindo de tal consideração deve-se observar que a educação é um direito constitucional e, portanto, deve ser assegurada às crianças, jovens e adultos, filhos de produtores rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos dentre outros, excluídos e marginalizados desse bem social.

A Educação do Campo se constitui como um instrumento relevante na sociedade brasileira e às vezes é definida por concepções de educação que no processo histórico têm enviesado para caminhos de natureza diferente do que o esperado pelos educandos moradores do Campo.

Parece-me que é urgente pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais, educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas. (ARROYO; 2006)

Assim sendo, pela sua relevância, primeiramente pretende-se analisar os fatos históricos que marcam o processo educacional dos educadores do campo, visando o resgate de elementos acerca do lugar da Educação do Campo. Em seguida, busca-se verificar os desafios postos à realidade do campo e as políticas públicas e educacionais que amparam o educando a permanecer no campo e ter uma educação de qualidade nos moldes educacionais voltados ao campo e não ao urbano. Por fim, por meio de entrevista aberta e estruturada feita com sete educadores do Colégio Estadual do Campo de Pato Branco – PR busca-se compreender como os educadores visualizam as mudanças na Educação do Campo, e quais as necessidades emergentes para uma educação de qualidade.

2 - As implicações no processo histórico e os direitos dos educandos do/no campo

2.1 Processo Histórico da Educação do Campo

Historicamente pode-se reconhecer que a educação encontra-se presente em todas as Constituições brasileiras. Mesmo o país sendo essencialmente agrária, a educação rural deixou de ser mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891. Como afirma Leite (1999, p. 28).

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 – 1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Dessa forma, com duração até a década de 1930, surgiu o ruralismo pedagógico, que tinha como objetivo fixar o homem ao campo. Sendo que um dos primeiros tratamentos de maior destaque está na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova, que representam uma nova relação de força, se instalaram na sociedade solicitando reformas educacionais.

Seguindo o processo histórico da Educação do Campo, na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) passa a responsabilidade da educação rural a cargo dos municípios. Nessa mesma década, Paulo Freire contribui significativamente com a educação popular, criando movimentos de alfabetização de adultos, onde a prática educativa bancária, predominante até aquele momento. Ao fazer um estudo referente à educação da cultura dominante comentava Freire (p. 59, 60):

Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos; Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe aquele que dá entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser “experimento feito” para ser experiência narrada ou transmitida”.

Em 1988, com a aprovação da Constituição a educação passou a ser um direito de todos. E, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, houve o reconhecimento da diversidade do campo, sendo que há vários artigos que estabelecem orientações para atender tal realidade, se adaptando com

os artigos 23, 26, e 28, que fazem uma reflexão sobre as questões da organização escolar com as questões pedagógicas.

Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Reconhecendo a necessidade da educação do campo e o respeito à diversidade sociocultural, o artigo 28 faz menção ao acolhimento das diferenças sem transformá-las em desigualdades, significando que os sistemas de ensino deverão realizar adaptações na sua organização, funcionamento e atendimento à realidade do campo.

A Educação Básica ofertada para a população rural mencionada na LDB, não é vista pelos movimentos sociais e pela academia científica como válidos para a Educação do Campo, pois enquanto a LDB se volta à lapidação da mão de obra para o mercado de trabalho, a academia e os movimentos sociais veem a Educação do Campo como formação para a cidadania.

Mesmo tendo uma visão trabalhista a LDB proporcionou alguns ganhos, como precedentes legais, jurídicos e políticos para a implantação de uma educação que respeitasse a identidade do homem e da mulher do campo, pois até aquele momento uma educação de qualidade voltada às escolas do campo havia sido negligenciada pelos governos anteriores.

Entretanto para suprir algumas carências na Educação do Campo, implantaram-se nos municípios recursos estaduais e federais que foram destinados principalmente para o transporte escolar. Surgindo assim mais um problema: a centralização do ensino nos grandes centros urbanos, onde os alunos são transportados do campo até a cidade. Em consequência disso, se fecham milhares de escolas do campo. Portanto mais uma vez a Educação do Campo perde seu espaço de formação política, crítica e questionadora.

Segundo Ramos (2004), alguns erros foram cometidos, pois, historicamente as políticas voltadas para o sistema de educação do meio rural, não levaram em consideração os seguintes aspectos:

- Formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar.
- Dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade.

Isso coloca a LDB em contradição, pois a mesma menciona que os alunos do campo necessitam de uma educação de qualidade no campo e que tais aspectos estão contemplados.

No final dos anos de 1990, espaços públicos de debate sobre a Educação do Campo foram efetivados, a exemplo do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera), em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dentre outras entidades. (DCE, 2006)

O I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera) se constituiu como um importante espaço, na medida em que lançou um desafio importante: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto, em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. (DCE, 2006).

Ainda, em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, uma parceria entre o MST, a UnB, Unicef, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Devido a tantas lutas colocando a Educação do Campo em debate o poder público começa a se opor às frágeis políticas para uma educação voltada para o campo, aprovando em 2002 as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002).

Percebe-se que ao longo da história da Educação do Campo a mesma, enquanto direito fundamental, foi negligenciada às classes mais pobres da população brasileira, tendo que ocorrer lutas organizadas em todo o país, para que seus direitos de educação com qualidade pudessem ser discutidos e efetivados, sendo que somente após o final da década de 1980 e decorrer da década de 1990

houve sinais significativos de mudanças na Educação do Campo, beneficiando a população que vive e sobrevive no campo.

2.2 Políticas Públicas da educação do campo no estado do Paraná

Durante muitos anos, a educação dos povos do campo foi negligenciada, esquecida e precarizada, sendo que no Estado do Paraná, a trajetória não foi diferente do restante do país.

As mudanças nessa situação começaram a ocorrer no início dos anos 1990, por meio de importantes iniciativas de alfabetização de jovens e adultos nos assentamento da reforma agrária, mediante a ação do MST. Sendo que em 1992 – 1994, foi criado pelo governo o Programa Especial Escola da Gente da Terra, tendo como propósito um atendimento específico e diferenciado ao povo do campo, das áreas indígenas, dos assentamentos e aos assalariados rurais, no nível do Ensino Fundamental e da alfabetização de jovens e adultos. (DCE, 2006.)

Em 1992, foram publicados pelo governo estadual os Cadernos de subsídios ao processo de educação de jovens e adultos do campo. O MST e a Comissão Pastoral da Terra eram os interlocutores com a instância governamental (SOUZA, 2002, p. 201).

Outras iniciativas significativas foram a implantação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar); as 36 Casas Familiares Rurais existentes no Estado do Paraná, mediante a experiência com a pedagogia da alternância; a Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário (Apeart); o Programa Terra Solidária, organizado pela Fetraf-SUL/CUT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul/Central Única dos Trabalhadores).

São experiências educativas que surgiram para oferecer contribuições importantes para o debate e para uma formação educacional voltada á emancipação sociocultural dos povos do campo.

Em 2000, após vários encontros e reuniões, criou-se a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, concomitante à realização da II Conferência Paranaense: Por uma Educação Básica do Campo. Conforme Souza (2006), os sujeitos coletivos envolvidos na Conferência foram: Apeart, Assesoar, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crabi), Comissão Pastoral da

Terra (CPT), Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol/Baser), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Departamento de Estudos SocioEconômicos Rurais (Deser), Fórum Centro, Fórum Oeste, MST, Prefeitura Municipal de Porto Barreiro e de Francisco Beltrão, Universidades: UFPR, UEM, Unicentro e Unioeste.

Como se pode perceber, o que une diversas associações e universidades é a preocupação com uma educação de qualidade que valorize os anseios pedagógicos e que os mesmos sejam voltados para o campo desenvolvendo assim os sujeitos sociais sem esquecer sua cultura.

Contudo, é somente a partir de 2003 que, dentro da SEED-PR, a Educação do Campo passa a ser mencionada com valor sendo considerada “um espaço de articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada” (PARANÁ, 2006, p. 21), voltando às políticas públicas educacionais para o povo do campo.

No entanto é somente após várias articulações e debates, colocando foco em uma Educação do Campo com qualidade, que é criada, em 2006, entre professores da rede pública e representantes dos movimentos sociais de base política as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, sendo um conteúdo para a gestão de Políticas Públicas Educacionais, conectado às Diretrizes Nacionais.

[...] entender o campo como um modo de vida social contribui para autoafirmar a identidade dos sujeitos do campo para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história (PARANÁ, 2006, p. 24).

Percebe-se, que as políticas públicas estão se modificando em benefício da Educação do Campo, voltando seus projetos para os moradores do campo, visando sua cultura e sua identidade. Isso vai muito além de mecanismos legais ou diretrizes, na medida em que é necessário um fortalecimento no trabalho pedagógico junto às escolas do Paraná, por meio da construção de um conjunto de materiais didáticos e atividades que estejam de acordo com a realidade do educando para, dessa forma, compreender o campo para além de uma definição jurídica e política governamental.

2.3 Educadores do Campo e sua Contribuição Para os Educandos

2.3.1 A Educação no Campo como um Espaço de Produção de Vida

Com a implantação da LDB 9.394/96, iniciaram-se diversos avanços com relação à oferta da Educação Básica para a população rural.

Entretanto, para que a proposta se efetive como consta no capítulo do Art. 28 que afirma que: “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural” as ações escolares necessitam adaptar-se à realidade do campo

Tabela 1. Entrevista aberta e estruturada feita com sete educadores do Colégio Estadual do Campo de Pato Branco – PR, resulta em análise do que os educadores colocam como oferta para a formação dos professores do campo, e também quais foram os avanços da Educação do Campo em relação a suas atividades escolares.

ESCOLA	PERGUNTAS	DADOS RESPOSTAS RELEVANTES	%
Colégio Estadual do Campo	Quais as mudanças necessárias para uma educação de qualidade no Campo?	É necessário que os cursos ofereçam uma formação adequada, porém a prática da escola do campo precisa ser bem trabalhada e o profissional deve ter conhecimento do campo para poder adaptar os conteúdos a realidade.	67%
		A educação do campo, a qual tem características e necessidades próprias sem abrir mão do conhecimento das diversas áreas e o currículo ainda é urbano, mas tem melhorado e a LDB de 96 começa a abrir caminhos.	33%
Colégio Estadual do Campo	Quais são os avanços que a educação do campo utiliza para as suas atividades escolares?	A escola do campo se utiliza de diversos recursos, explorando a capacidade dos alunos, o conhecimento do meio em que vivem adaptando aos conteúdos. A educação do campo proporciona condições de trabalho no campo, agricultura sustentável e agroindústrias.	50%
		Encontros com professores que trabalham já com a educação do campo, projetos, e verba extra para a escola do campo.	10%
		Trabalha contextualizando mais o campo, valorizando o espaço da roça e mostrando as diferenças do rural e urbano.	40%

A análise sobre as mudanças necessárias para uma educação de qualidade propõe que as condições de formação são importantes para atender as demandas da educação do campo, 67% responderam que na teoria sim, mas a prática dessa

escola deve ser bem trabalhada e adaptar os conteúdos à realidade. Outros 33% acham que não, pois alguns cursos nem mencionam as escolas do campo.

Com relação aos avanços que a Educação do Campo utiliza para as suas atividades escolares, 50% colocaram que a escola do campo se utiliza de diversos recursos, explorando a capacidade dos alunos, o conhecimento do meio em que vivem, proporcionando condições de trabalho no campo, agricultura sustentável e agroindústrias. Outros 40% responderam que encontram com professores que já trabalham com a Educação do Campo, projetos, e verba extra para a escola do campo e 10% que trabalha contextualizando mais sobre o campo, valorizando o espaço da roça e mostrando as diferenças entre o rural e o urbano.

Com isso percebe-se que a educação necessita ser discutida no contexto de uma proposta popular alternativa para o desenvolvimento da Educação do Campo, das concepções e princípios pedagógicos de uma escola, o que implica em compromissos e desafios para todos que participam deste debate.

Sobre este aspecto, Arroyo comenta (1998), cita que o conjunto de lutas e ações que homens e mulheres do campo realizam.

O grande desafio é vincular a educação, desde as experiências alternativas, com a construção de um grande projeto, também modernizador, de desenvolvimento para o campo e toda a sociedade, ou seja, vincular à educação a luta de classe dentro de suas perspectivas e possibilidades.

Assim, configura-se um grande desafio a promoção do desenvolvimento integral dos sujeitos: nos seus aspectos econômicos, social, político, cultural, educacional e humano, baseado em projetos localizados e estruturados a partir da organização local, da discussão de problemas comunitários e na solução dos mesmos, fundamentados na cooperação, promoção de qualidade de vida e na perspectiva das políticas públicas.

Nesse sentido, a educação é instrumento na construção e formação de novos sujeitos e, na medida em que se conscientizam, transformam também a realidade, ou seja, é preciso educar os sujeitos do campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição e direção de seus destinos, pois o campo é o (...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra, (Fernandes, 2004.).

Trata-se de educar as pessoas como sujeitos humanos, sociais e políticos. Não queremos formar trabalhadores do campo que se conforme com o modelo de agricultura que temos hoje, mas sim, formar sujeitos capazes de resistir e lutar pela implementação de outro projeto de desenvolvimento que inclua a todos.

Propostas pedagógicas que valorizem a organização do ensino, a variedade cultural e os processos de interação e mudança do campo, bem como a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico com suas respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e ainda a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convívio solidário e colaborativo nas sociedades democráticas, tudo isso é de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do educando do campo.

2.3.2 PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO: A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

A efetivação deste trabalho vem ao encontro da necessidade de uma formação específica para os profissionais que atuam diretamente nas instituições do campo, afinal, a realidade é diferenciada isso pode possibilitar a articulação entre a formação teórica e a formação prática.

Esta é uma alternativa interessante que visa amenizar a questão da formação de educadores atuantes na Educação do Campo. Na verdade, não se pode esperar apenas pelas ações governamentais e agir com autonomia frente aos desafios que precisam ser superados. Propostas como esta, de avanços significativos, entretanto, mostra a distância que existe entre a concepção de uma Educação do Campo, que vai para além da escola, como instrumento de desenvolvimento e uma educação para a escolarização restrita às quatro paredes da sala de aula.

Tabela 2. Entrevista aberta e estruturada com sete educadores do Colégio Estadual do Campo de Pato Branco – PR apresenta dados sobre as políticas públicas e a formação do professor, e as organizações sociais, a luta para uma educação do campo onde professores é que fazem da educação rural um processo de humanização e valorização do ser humano.

ESCOLA	PERGUNTAS	DADOS RESPOSTAS RELEVANTES	%
Colégio Estadual do Campo	Como você enquanto educador visualiza a	Uma pedagogia de alternância na educação rural, que valoriza a educação do campo, assim as crianças aprendem na teoria e desenvolvem na prática em suas propriedades.	80%

	Educação do Campo	A Educação do Campo necessita mais valorização por parte dos governantes, implantando políticas que mantenham o educando no campo	20%
Colégio Estadual do Campo	Como se sente diante dos desafios que é encontrado na Educação do Campo?	Desafiada, quem faz a escola somos nós professores, pois, falar de educação do campo é falar de uma nova perspectiva de produção da existência na zona rural e tudo isso é novo e o novo é um grande desafio.	50%
		Muitas vezes me sinto impotente, diante dos desafios encontrados, porém ao ver os alunos ansiosos para aprender me sinto motivado e sei que tenho um objetivo, ensinar os alunos a serem sujeitos pensantes e que é parte integrante do meio em que vivem e da sociedade.	50%

Respeitando os diferentes segmentos que a educação escolar ocupa torna-se necessária a elaboração de diretrizes pedagógicas com base investigativa, frente ao conhecimento. Através da pesquisa, os profissionais da educação tomam conhecimento da realidade dos seus educandos, e podem atuar como mediadores das diversas culturas existentes, valorizando-os e respeitando-os, procurando entender o contexto social, cultural, histórico, adequando e aprofundando o conhecimento necessário.

Percebe-se que a organização de movimentos sociais fortalece as lutas por políticas sustentáveis de educação, visto que 80% responderam que por meio da pedagogia de alternância as crianças aprendem na teoria e desenvolvem na prática em suas propriedades. Outros 20% disseram que a implementação de propostas auxiliaria na permanência do educando no campo

Diante dos desafios na Educação do Campo, 50% responderam que sentem como um grande desafio, pois tudo é novo e 50% sentem-se impotentes, mas depois ficam motivados por verem que os alunos estão animados. A Educação do Campo precisa estar vinculada a um processo maior de transformação do campo, na qual sejam consideradas todas as dimensões da vida do ser humano: produção, saúde e saneamento, educação, cultura e lazer, um projeto que permita aos sujeitos sua participação e autonomia.

Segundo Caldart (2001), a escola é um lugar fundamental de educação do povo, exatamente porque se constitui como um tempo e um espaço de processos socioculturais, que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam. (CALDART, 2001.)

Agindo assim, será possível aprofundar, ampliar ou reformular os conhecimentos já adquiridos, fazendo com que o ensino seja prazeroso, interessante e desafiante.

A positivação das práticas em novos instrumentos, a perspectiva de uma ampla formação e um avanço no que diz respeito às concepções que orientam a elaboração das políticas públicas, bem como a existência de ações e programas educacionais para os sujeitos do campo, tudo isso repõe o debate sobre o direito à educação.

CONCLUSÃO

A análise histórica no presente trabalho indica que as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação do Campo estão construídas a partir de um contexto cheio de intenções políticas que regem o fortalecimento da estrutura social e produtiva capitalista. Somente após lutas e debates acerca da Educação do Campo por movimentos sociais que defendem a educação com qualidade no campo foi possível a criação de leis que fortalecem e viabilizam as mudanças educacionais voltadas até então somente para o capitalismo.

Analisando a história da Educação do Campo também é possível perceber o quanto o homem do campo foi negligenciado e marginalizado, principalmente aqueles sob as condições mais precárias.

Entretanto, somente a criação de leis no âmbito federal e estadual não é suficiente para articular mudanças efetivas no ambiente educacional no campo. Importante perceber que ao longo do processo histórico, a criação de leis foi benéfica e importante para a transformação e o fortalecimento do homem no campo, onde o mesmo pode fazer uso dos conhecimentos já adquiridos sem perder sua identidade e sua cultura.

Reconhecendo o homem do campo a educação passa a ser instrumento de construção e reconhecimento de novos conhecimentos, sendo mais prazeroso e interessante permanecerem no campo. É a partir da análise que a permanência e a qualidade de ensino no campo possibilitam o desenvolvimento de novos mecanismos fortalecendo o ganho na produção que o homem busca, através das lutas para a garantia de pertencer ao campo.

No entanto manter o homem no campo exige do poder público o desenvolvimento de projetos pedagógicos que garantam sua cultura e identidade fazendo valer assim seus direitos. Nesse sentido os educadores do campo devem perceber que tamanho desafio requer mais que instrumentos de ensino urbanos. Requer a melhoria na educação garantindo assim a qualidade no processo de ensino aprendizagem dos educandos do campo.

Uma alternativa é o educador valorizar a cultura de seus educandos, discutindo suas trajetórias de vida e a história na qual estão inseridos, fazendo uma retrospectiva sobre a sua importância de pertencer ao campo, construindo novos conhecimentos através de suas experiências, aliando-os a uma prática que se caracteriza pela proximidade do professor com as orientações oficiais, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais.

Diante do exposto, é pela trajetória histórica e sua contribuição para a educação com qualidade no campo que é possível manter os educandos no campo, mas com dignidade e meios de lutar pelas condições básicas de vida, no lugar em que escolheram para viver.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 2006.

BRASIL. LDB 9394/96. Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do projeto político pedagógico da educação do campo**. In: MOLINA; Jesus (org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma caminhada.** In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

DCE. **Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná.** Curitiba, 2006

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras, 1934.** Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

RAMOS, Marise N.; MOREIRA; Telma M.; SANTOS, Clarice A. dos. (Coord.). **Referências para uma política de educação do campo:** caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SOUZA, M. A. **As relações entre o Movimento Sem Terra (MST) e o Estado: Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Paraná.** In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST.** Petrópolis: Vozes, 2006. (Prelo)

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira.** Campinas: Editora UNICAMP, 1991.